

DANIEL CHAPO

Entre o desejo de reforço das capacidades das forças de segurança e o desafio da “ruandização” de Cabo Delgado e o surgimento de empresas privadas de segurança ligadas às elites governamental e partidária

- Chapo mostrou, igualmente, o desejo de aumentar os benefícios dos projectos de petróleo e gás para o país, mas no caso do Projecto Mozambique LNG, Chapo tem um obstáculo chamado Kagame, satélite dos interesses franceses e europeus em Moçambique. Ademais, Nyusi, que atribuiu secretamente uma procuração a Kagame para representar os interesses de Moçambique em Cabo Delgado, junto da França e da Europa, continua presidente do partido Frelimo. Mesmo que Nyusi abandone a presidência da Frelimo no próximo conclave dos camaradas aprazado para 14 de Fevereiro, Chapo tem de enfrentar uma Comissão Política feita à imagem de Nyusi. A composição do novo Governo já mostra a influência que Nyusi vai continuar a ter nos próximos dias no consulado no novo incumbente



Moçambique iniciou, em 15 de Janeiro de 2025, um novo ciclo de governação com a cerimónia de investidura de Daniel Francisco Chapo como Presidente da República (PR). Entre as principais directrizes do seu governo, Chapo destacou o aumento dos benefícios dos projectos de petróleo e gás para o país e o reforço da capacidade das forças de segurança para enfrentar os desafios impostos pelo terrorismo em Cabo Delgado. Há um consenso nacional de que os vários governos do partido Frelimo pararam de investir nas FDS. O discurso de Chapo ocorre num contexto marcado pela paralisação do maior projecto de petróleo e gás de África, desde o ataque à Vila de Palma por extremistas violentos em 24 de Março de 2021, seguido pelo destacamento de tropas ruandesas na região,

uma força melhor equipada e motivada em relação às forças de segurança de Moçambique.

Na semana passada, a empresa petroquímica francesa "TotalEnergies" nomeou Nicolas Cambefort como o novo director do projecto Mozambique LNG, substituindo Stéphane Le Galles, o que sinaliza claramente o reposicionamento da gigante estatal francesa em Moçambique.

A "ruandização" de Cabo Delgado por via de acordos secretos entre o então PR, Filipe Nyusi, e PR ruandês, Paul Kagame, bem como o surgimento de empresas privadas de segurança ligadas a Kigali e às elites governamental e partidária em Moçambique, são grandes barreiras para o desejo de Chapo de reforçar a capacidade das forças de segurança. No sector de petróleo e gás, mais precisamente

no que tange ao projecto Mozambique LNG, o papel de Kagame enquanto satélite dos interesses franceses em Moçambique mostra-se como uma barreira aos objectivos de Chapo no sector. Os dois obstáculos tornam-se maiores ainda se tivermos presente o facto de que Nyusi, que atribuiu secretamente uma procuração a Kagame para representar os interesses de Moçambique em Cabo Delgado, junto da França e da Europa, continua presidente do partido Frelimo. Mesmo que Nyusi abandone a presidência da Frelimo no próximo conclave dos camaradas, aprazado para 14 de Fevereiro, Chapo tem de enfrentar uma Comissão Política feita à imagem de Nyusi. A Composição do novo Governo já mostra a influência que Nyusi vai continuar a ter nos próximos dias no consulado do novo incumbente.

DO GÁS À SOBERANIA:

O Reposicionamento da TotalEnergies e os Desafios de Daniel Chapo em Cabo Delgado

Desde 2010, sob a governação de Armando Guebuza, Moçambique é visto como um "eldorado" devido às promissoras pesquisas e à prospecção de gás natural na Bacia do Rovuma, na província de Cabo Delgado. Esse cenário foi consolidado durante o mandato de Filipe Nyusi, com o início da exploração efectiva de gás natural offshore, através da plataforma flutuante Coral Sul, operada pela multinacional francesa ENI. No entanto, o maior projecto, com potencial de transformar a economia do país, continua a ser o Mozambique LNG, liderado pela gigante francesa "TotalEnergies", com um investimento estimado de cerca de 20 bilhões de dólares.

Entretanto, a província de Cabo Delgado, onde se localizam os principais projectos de petróleo e gás, tem enfrentado desde Outubro de 2017 uma escalada de ataques de extremistas violentos. Esses ataques obrigaram à paralisação do projecto e à declaração de Força Maior em Abril de 2021, um período que foi seguido pelo destacamento de tropas ruandesas para a região, após um acordo firmado entre Filipe Nyusi e Paul Kagame. Contudo, a natureza desse acordo permanece envolta em sigilo, pois não passou pelo crivo da Assembleia da República e nunca foi revelada ao público.

Desde então, as negociações para a retomada do projecto têm ocorrido em Kigali, capital do Ruanda, com Paul Kagame actuando como intermediário nas conversações entre o

Governo de Moçambique e a "TotalEnergies".

Os detalhes dessas negociações também permanecem desconhecidos. Recentemente, a "TotalEnergies" anunciou a nomeação de um novo director para o projecto Mozambique LNG, Nicolas Cambefort, o que sinaliza um reposicionamento estratégico da empresa francesa, que aguardava a formação de um novo governo em Moçambique para reiniciar as operações em Afungi, distrito de Palma, em Cabo Delgado.

O jornal *O Económico* escreve que a gigante francesa "TotalEnergies" monitora de perto a gestão do novo incumbente da Ponta Vermelha, Daniel Chapo, diante das manifestações pós-eleitorais que ocorrem desde Outubro de 2024, incluindo o impacto da colaboração com as forças ruandesas destacadas desde 2021 para estabilizar a província de Cabo Delgado. Além disso, o *Económico* acrescenta que "outro factor determinante é a decisão do Exim Bank dos EUA sobre as garantias financeiras para o Mozambique LNG, cuja decisão foi adiada devido à transição administrativa nos Estados Unidos". O jornal cita o CEO da "TotalEnergies", Patrick Pouyanné, que afirmou esperar que o governo de Donald Trump facilite o processo. Adicionalmente, o *Económico* informa que a ExxonMobil, que também opera na península de Afungi, apoia a TotalEnergies na obtenção dessas garantias, essenciais para assegurar investimentos adicionais.¹

O projecto tem sido alvo de protestos por parte da população afectada pelo processo de reassentamento, que reclama maior celeridade nas indemnizações pelas terras expropriadas para dar lugar à implementação do Mozambique LNG em Afungi.

Com a chegada de Daniel Chapo à Presidência, a recuperação da soberania nacional, por meio do fortalecimento das forças de segurança e da maximização dos benefícios derivados do petróleo e gás, é apontada como uma das suas principais prioridades, pelo menos no seu discurso inaugural. Nesse contexto, Chapo reconduziu Cristóvão Chume à pasta de Ministro da Defesa Nacional, um movimento que se presume estar ligado ao conhecimento profundo dos "negócios de soberania" entre Nyusi e Kagame.

Esse foco na soberania nacional ganha complexidade diante da presença contínua das tropas e empresas ruandesas na região, que não apenas combatem os extremistas, mas também protegem o projecto liderado pela "TotalEnergies", cujos interesses incluem negócios privados de segurança. Embora o governo de Chapo pareça buscar maior controle sobre as questões de segurança e recursos, é importante notar que, durante o governo anterior, muitos desses temas eram discutidos fora de Moçambique, no Ruanda, o que pode sinalizar uma ruptura na forma como o país irá lidar com questões cruciais para a sua soberania política e económica.

¹ <https://www.oeconomico.com/totalenergies-substitui-gestor-do-projecto-mozambique-lng/>

Entre o Reforço da Capacidade das Forças de Segurança e a “Desruandização” de Cabo Delgado

O discurso inaugural de Daniel Chapo, actual Presidente de Moçambique, destacou o papel fundamental das Forças de Defesa e Segurança (FDS) na garantia da independência, soberania, integridade territorial e segurança dos cidadãos. Chapo afirmou:

“As Forças de Defesa e Segurança são os garantes da independência nacional, da soberania, da integridade territorial e do normal funcionamento das instituições e segurança dos cidadãos. Este sector merecerá a nossa especial atenção dada a sua importância para a segurança do Estado. O nosso compromisso será com o equipamento das FDS em infraestruturas e meios modernos, de forma a permitir que as nossas Forças respondam à altura os actuais desafios inerentes à segurança nacional, como é o caso do terrorismo, em Cabo Delgado e os raptos na Cidade de Maputo. Apostaremos, igualmente, na valorização das nossas Forças, através da formação especializada, bem como da melhoria das condições de trabalho e de vida pessoal.”²

O desejo de fortalecer as forças de segurança de Moçambique surge após anos de gestão *ad hoc* da defesa da soberania nacional, caracterizada pela presença de forças externas e pela crescente privatização da segurança. Desde os ataques extremistas em Cabo Delgado, o governo moçambicano optou por terceirizar a segurança, contratando empresas militares privadas, como o Wagner Group e o Grupo DAG. No entanto, em Julho de 2021, enquanto os moçambicanos aguardavam o envio de tropas da SADC, o governo do Ruanda anunciou o destacamento de mil efectivos das suas Forças Armadas e da Polícia para Cabo Delgado. As tropas ruandesas desempenharam um papel crucial na recuperação das vilas de Mocímboa da Praia e Palma, resgatando civis e destruindo bases extremistas.

Com a ascensão de Chapo à presidência de Moçambique, através do seu discurso inaugural, um novo enfoque tem sido adoptado em relação à segurança nacional. O novo presidente comprometeu-se com a garantia da soberania do país, com um foco estratégi-

co no fortalecimento das forças de segurança. Este discurso contrasta com a gestão da crise em Cabo Delgado durante os últimos anos sob o governo de Filipe Nyusi, que mostrou uma clara preferência pela intervenção externa, especialmente a do Ruanda, em detrimento do reforço das capacidades internas das forças de segurança. A presença de tropas ruandesas foi vista como mais eficaz por muitos locais, principalmente no princípio da sua actuação, especialmente em Mocímboa da Praia e Palma, onde as suas acções geraram maior aceitação por parte da população. Em contraste, a actuação inicial das forças de segurança moçambicanas foi marcada por falhas organizacionais e abusos de direitos humanos, o que provocou repulsa, particularmente em áreas como Mocímboa da Praia.

A disparidade entre as forças é ainda mais notável quando se observam os recursos e as capacidades operacionais. Enquanto o exército moçambicano enfrenta desafios financeiros, com atrasos salariais e escassez de suprimentos básicos, as tropas ruandesas apresentam um desempenho consideravelmente mais robusto, com maior capacidade logística e integração com as comunidades locais. Esse cenário contribuiu para uma maior percepção da eficácia por parte das tropas estrangeiras e, ao mesmo tempo, para a crescente frustração com as limitações das FDS moçambicanas³.

No contexto do projecto de exploração de gás natural em Afungi, o especialista Jean-Christophe Rufin, em seu estudo sobre a situação socioeconómica e de segurança, encomendado pela TotalEnergies sugeriu a retirada de cerca de 600 militares moçambicanos da área, destacando que a presença das tropas ruandesas contribuiu para a restauração da segurança local e facilitou o progresso do projecto Mozambique LNG⁴. Este episódio reflectiu a crescente presença de forças externas e a tentativa do governo moçambicano de equilibrar a segurança com os interesses de grandes investidores internacionais, como a TotalEnergies, que também negociava a revisão do memorando de en-

tendimento de 2020 com as Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM)⁵.

Mais recentemente, em 2023, surgiu um novo elemento no cenário de segurança com o acordo envolvendo a ISCO Segurança, uma joint-venture entre a ISCO Global Limited, do Ruanda, e uma empresa moçambicana ligada a um membro do Comité Central do Partido Frelimo. Esta empresa foi contratada para fornecer serviços de segurança desarmada em Afungi, suscitando preocupações sobre o aumento da “ruandização” da segurança, particularmente em torno dos projectos de gás natural. A ISCO Global, subsidiária da Intersec Security Company, é maioritariamente controlada por interesses ruandeses, com 70% das acções pertencentes à empresa do Ruanda e 30% detidas por membros do Partido Frelimo⁶. A composição da ISCO, em grande parte formada por ex-membros das forças armadas e da polícia do Ruanda, reforça as suspeitas de uma crescente influência externa sobre a segurança em Cabo Delgado⁷.

Em março de 2022, a *Africa Intelligence* informou que a construtora ruandesa NPD foi adicionada à última hora à lista de empresas que concorria para realizar os trabalhos preparatórios no projecto Mozambique LNG, liderado pela gigante francesa TotalEnergies. A NPD, descrita como sendo próxima do Presidente ruandês, é uma das maiores construtoras do Ruanda, com destaque em obras de grande porte, como barragens, estradas e pontes⁸. Ainda em 2022, no mês de Dezembro, a empresa ruandesa RADAR SCAPE venceu um contrato de 800 mil dólares para a reabilitação de 76 casas na vila de reassentamento de Quitupo. Essas casas haviam sido danificadas após serem ocupadas por milhares de deslocados que fugiram dos ataques em Palma, em Março de 2021. As famílias reassentadas em Quitupo foram retiradas de áreas onde serão implantados os projectos de gás da Bacia do Rovuma. A RADAR SCAPE firmou uma parceria com o Instituto de Formação Profissional e Estudos Laborais Alberto Cassimo (IFPELAC) e o valor da empreitada foi financiado pela TotalEnergies.

² Presidência da República de Moçambique. **Discurso de Investidura do 5º Presidente da República de Moçambique, Sua Excelência Daniel Francisco Chapo: “Unidos Vamos Renovar Moçambique – Vamos Trabalhar”**. Maputo, 15 de Janeiro de 2025. pp. 22-23.

³ <https://cddmoz.org/wp-content/uploads/2020/07/Teatro-Operacional-Norte-TON-sem-comida-enquanto-o-Exercito-Ruandes-compra-alimentos-e-consciencias-em-Cabo-Delgado.pdf>

⁴ <https://cddmoz.org/wp-content/uploads/2020/07/Retirada-das-FADM-de-Afungi-levanta-questoes-de-soberania-e-nao-pode-ser-decidida-pela-TotalEnergies.pdf>

⁵ <https://cddmoz.org/wp-content/uploads/2020/07/Ruanda-refresca-comando-e-effectivos-em-Cabo-Delgado-e-sinaliza-uma-presenca-mais-prolongada-do-que-a-SADC-1.pdf>

⁶ <https://cddmoz.org/wp-content/uploads/2020/07/Contrato-entre-TotalEnergies-e-empresa-de-seguranca-de-Paul-Kagame-e-parceiros-nacionais-pode-ser-a-ponta-do-iceberg-de-uma-serie-de-acordos-secretos-lesivos-ao-Estado-mocambicano.pdf>

⁷ Idem.

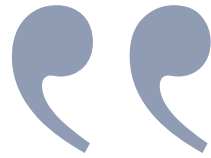
⁸ Idem.

Acordos Secretos entre Nyusi e Kagame, o (In)sucesso da Jornada de Chapo

A “ruandização” de Cabo Delgado por via de acordos secretos entre o então PR, Filipe Nyusi, e PR ruandês, Paul Kagame, bem como o surgimento de empresas privadas de segurança ligadas a Kigali e às elites governamental e partidária em Moçambique, são grandes barreiras para o desejo de Chapo de reforçar a capacidade das FDS. No sector de petróleo e gás, mais precisamente no que tange ao projecto Mozambique LNG, o papel de Kagame enquanto satélite dos interesses franceses em Moçambique mostra-se como uma barreira aos objectivos de Chapo no sector. Os dois obstáculos tornam-se maiores ainda se tivermos presente o facto de que Nyusi, que atribuiu secretamente uma procuração a Kagame para representar os interesses de Moçambique em Cabo Delgado, junto da França e da Europa, continua presidente do Partido Frelimo. Mesmo que Nyusi abandone a presidência da Frelimo no próximo conclave dos camaradas, apazado para 14 de Fevereiro, Chapo tem de enfrentar uma Comissão Política feita à imagem de Nyusi. A Composição do novo Governo já mostra a influência que Nyusi vai continuar a ter nos próximos dias sobre o consulado do novo incumbente.

Portanto, embora Chapo se tenha comprometido a reforçar as forças e a garantir a soberania nacional, Moçambique continua a enfrentar desafios significativos. O país parece cada vez mais vulnerável a acordos secretos e à crescente influência do Ruanda, o que pode comprometer a capacidade do governo de recuperar totalmente o controle sobre a segurança interna e os seus recursos naturais. O grande desafio para a administração de Chapo será, portanto, encontrar um equilíbrio entre o fortalecimento das forças de segurança internas e a preservação da autonomia nacional, sem sucumbir a pressões externas e interesses privados que possam prejudicar a soberania do país.

Mais do que discursos e promessas, Chapo precisa focar em acções concretas e medidas claras para desmantelar esses negócios secretos que comprometem a soberania e segurança de Moçambique. É essencial que o governo clarifique o papel das tropas ruan-



A intervenção do Ruanda, embora eficaz no combate aos extremistas em Cabo Delgado, expôs a dependência de Moçambique às potências estrangeiras, o que compromete a soberania do país. Além disso, a contratação de empresas privadas de segurança e a presença de actores internacionais em projectos estratégicos, como o Mozambique LNG, amplificam as preocupações sobre a autonomia de Moçambique.



desas no país, explicando de forma transparente os benefícios dessa presença e como ela tem contribuído para a segurança nacional. A sociedade moçambicana merece uma explicação sobre os ganhos reais dessa parceria, para que não haja dúvidas sobre os custos e os benefícios dessa colaboração. Caso contrário, o discurso de fortalecimento das FDS e da soberania nacional poderá perder-se no papel, sem que a população veja resultados tangíveis que efectivamente melhorem sua segurança e garantam o controle sobre os recursos estratégicos do país.

Considerações Finais

A presidência de Daniel Chapo surge num momento decisivo para Moçambique, especialmente no que se refere à segurança e soberania nacional e à retoma do Projecto LNG. Embora o compromisso de Chapo com o fortalecimento das forças de segurança seja um passo importante, o país ainda enfrenta desafios significativos devido à crescente presença de forças externas, como as tropas ruandesas, e à crescente privatização da segurança.

A intervenção do Ruanda, embora eficaz no combate aos extremistas em Cabo Delgado, expôs a dependência de Moçambique às potências estrangeiras, o que compromete a soberania do país. Além disso, a contratação de empresas privadas de segurança e a presença de actores internacionais em projectos estratégicos, como o Mozambique LNG, amplificam as preocupações sobre a autonomia de Moçambique.

O governo de Chapo precisa ir além das promessas e implementar acções concretas para fortalecer as FDS e restaurar a confiança da população. A transparência nos acordos com forças estrangeiras e a revisão da presença de empresas de segurança privada são essenciais para garantir que a soberania do país não seja comprometida.

O principal desafio de Chapo e seu governo será equilibrar a necessidade de segurança com a preservação da autonomia nacional, evitando que a dependência externa enfraqueça a soberania de Moçambique no longo prazo.



Construindo uma sociedade democrática que promove, protege e respeita os Direitos Humanos.

Building a democratic society that promotes, protects, respect human rights & transform people's lives.

INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – CENTRO PARA DEMOCRACIA E DIREITOS HUMANOS
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: André Mulungo
Autores: CDD
Layout: CDD

Contacto:
 Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
 Telefone: +258 21 085 797

Twitter: CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: http://www.cddmoz.org

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

